

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024



Alimentação saudável,
reflorestamento produtivo,
conservação de
florestas e
sociobioeconomia





HELDER ZAHLUTH BARBALHO
Governador do Estado do Pará

HANNA GHASSAN
Vice-Governadora do Estado do Pará

CÁSSIO ALVES PEREIRA
Secretário de Estado da Agricultura Familiar

JOSÉ CRISTIANO MARTINS NUNES
Secretário de Estado Adjunto da Agricultura Familiar

IVANIZE DOS SANTOS CARVALHO
Diretora de Administração e Finanças

ANDREIA RODRIGUES PINTO
Diretora de Agricultura Familiar

ANDERSON BORGES SERRA
Diretor de Organização Produtiva e Comunidades Tradicionais

ELIELSON SOARES FARIAS
Coordenador de Planejamento

RAFAELLE DE NAZARÉ QUEIROZ NASCIMENTO
Coordenadora de Abastecimento e Soberania Alimentar

GETÚLIO DA SILVA JALES
Coordenador de Fomento à Produção Sustentável e Agroindustrialização

ALINE CRISTINA CORRÊA FIGUEIREDO
Coordenadora de Organização Produtiva, Comercialização e Cooperativismo

JOSIMAR CUNHA VASCONCELOS
Coordenador de Sociobioeconomia e Proteção dos Territórios, Saberes e Comunidades Tradicionais

Sumário

APRESENTAÇÃO.	3
1. PROGRAMAS E AÇÕES: VISÃO GERAL DO ORÇAMENTO.	5
1.1 TABELA 1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMAS E AS METAS 2024.	7
2. PROGRAMA FINALÍSTICO DESENVOLVIDO PELA SEAF.	11
2.1 PROGRAMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL.	11
2.1.1 <i>Desenvolvimento da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais.</i>	11
2.1.1.1 Restabelecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.	11
2.1.1.2 Captação de recursos via emendas e demandas parlamentares.	17
2.1.1.3 Estruturação do Programa “Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva”	19
2.1.1.4 Captação de recursos para iniciar a implementação de ações inaugurais do “Programa Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva”.	21
2.1.1.5 Inserção dos AFCTs nos principais projetos, programas, planos e políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e comunidades tradicionais.	22
2.1.1.6 Fomento à agricultura familiar urbana e periurbana para produção de alimentos básicos.	25
2.1.2 <i>Capacitação de Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais e Produtores Rurais.</i>	26
2.1.2.1 Capacitação em temas de interesse dos AFCTs via apoio a realização de eventos.	26
2.1.3 <i>Promoção da Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade.</i>	29
2.1.3.1 Realização de feiras da agricultura familiar e assessoramento/capacitação para integração dos AFCTs aos mercados institucionais.	29
2.1.3.2 Levantamento das oportunidades de compras públicas para AFCT.	31
2.1.3.3 Construção da Plataforma Estadual de Informações da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais do Pará.	31
2.1.3.4 Atuação na implantação da Guia de Trânsito Vegetal (GTV) do Dendê.	31
2.1.4 <i>Fomento, Criação e Fortalecimento das Organizações Socioprodutivas da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais.</i>	32
2.1.4.2 Cooperação Técnica com instituições públicas e organizações não-governamentais.	32
2.1.4.2 Fortalecimento de organizações de AFCTs por meio de apoio a realização de eventos estratégicos.	33
2.1.4.1 Cooperação com organizações sociais para implementação de projetos socioambientais.	34
2.1.5 <i>Promoção da Bioeconomia.</i>	34
2.1.5.1 Apoio ao beneficiamento da produção familiar de farinha de mandioca.	34
2.1.5.2 Cooperação com a empresa Natura para expansão das oportunidades da sobiobioeconomia.	35
2.1.5.3 Acompanhamento da implantação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.	36
2.1.6 <i>Operação e Expansão do Programa Territórios Sustentáveis (PTS).</i>	36
2.1.6.1 Apresentação de projeto junto ao Fundo Amazônia/BNDES para expansão do PTS.	36

Apresentação.

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF) tem por missão promover o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, do pequeno produtor rural e das comunidades tradicionais no Estado do Pará, com foco no bem-estar das gerações presentes e futuras. A SEAF foi criada em 03 de maio de 2023, pela Lei 9.899, e tem atuação alinhada à Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará (PEMC/PA, Lei no. 9.048/2020), e ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA/PA, Lei nº 10.750, de 31 de outubro de 2024). Estas políticas objetivam transitar do atual modelo produtivo no Estado para o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental. São beneficiários da SEAF os agricultores familiares e as comunidades tradicionais (AFCT) paraenses representados por 300 mil famílias de assentados da reforma agrária, colonos, chacareiros, horticultores, pequenos criadores de animais, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, açazeiros, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros e andirobeiras e agricultores urbanos e periurbanos que vivem nos campos e nas áreas de florestas.

Os AFCTs estão distribuídas nos 144 municípios paraenses são detentores de extensas áreas de floresta, correspondendo a 27,5% da vegetação nativa do Pará (26,8 milhões de hectares) em diferentes graus de conservação que precisam ser melhor aproveitadas pela sociobioeconomia familiar e comunitária. Os AFCTs também possuem extensas áreas com vegetação nativa degradada pelo uso da terra (produtivas e improdutivas) em que parte dessas terras podem ser reflorestadas com atividades produtivas sustentáveis com sistemas agroflorestais (SAFs) e sistemas integrados de lavoura, pecuária e florestas (ILPF) para ampliar a oferta de alimentos saudáveis de forma integrada com conservação ambiental.

Esses AFCTs são responsáveis pela oferta da maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos paraenses (mandioca, hortaliças, grãos, produção de leite, mel, pequenos animais, cupuaçu, banana, maracujá e outras frutas), são os principais produtores de pimenta-do-reino, açaí e cacau, produtos relevantes na pauta de exportação paraense, bem como pela oferta dos produtos da sociobioeconomia (andiroba, castanha, borracha, cumaru, babaçu, pupunha, copaíba). Portanto, AFCTs são fundamentais para segurança alimentar, inclusão socioprodutiva, geração de empregos e crescimento da economia, uso sustentável das florestas e desempenham papel estratégico na conservação da biodiversidade e redução dos efeitos adversos às mudanças climáticas.

Com tamanha atribuição e potencial de impacto social, econômico e ambiental, a SEAF iniciou suas atividades em julho de 2023. Por ser uma secretaria de Estado recém criada e que está em processo de ampliação de sua capacidade gerencial e orçamentária, a SEAF tem atuado de forma bastante articulada com os órgãos do Governo do Estado (SEMAS, EMATER, SEDAP, IDEFLOR Bio, SEPI, SEIRDH e ITERPA), com as organizações e movimentos sociais que representam os AFCTs (FETAGRI Pará, FETRAF Pará, CNS, MALUNGU, MST, MCP, MAB e MPA), em colaboração com o Governo Federal (MDA/INCRA, CONAB, Embrapa, Universidades

e Institutos Federais), tem acordos de cooperação com organizações internacionais de cooperação (GIZ e PNUD), Organizações não-governamentais (IPAM e TNC) e empresas com responsabilidade socioambiental (NATURA).

A atuação da SEAF é orientada pelo Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFCT), com forte articulação institucional na promoção do acesso dos AFCTs às políticas públicas federais (Plano Safra, PRONAF, PNAE e PAA) e estaduais (PSA, REDD+, PLANBIO, PTS e Pecuária Sustentável), bem como construção e implementação do seu Programa “O Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva” que foca na produção de alimentos saudáveis, no reflorestamento produtivo, na conservação da floresta e na valorização da sociobioeconomia. Buscando atuar no controle social, articulação e aperfeiçoamento destas e demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos AFCTs, a SEAF atuou também intensivamente na coordenação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), que a partir de suas câmaras técnicas temáticas proporcionou entregas significativas no maior acesso de AFCTs à políticas públicas.

Este relatório tem como objetivo principal oferecer uma visão para a sociedade (Instrução normativa nº 0005/2024 – Gab/Seplad, 27/05/24), sobre a estratégia, o desempenho e as perspectivas da SEAF frente suas realizações em 2024, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos e orçamento disponibilizado. O documento está estruturado em duas partes. Na primeira, é apresentada uma visão geral do orçamento da SEAF considerando os três programas do PPA-LOA que a SEAF está integrada: Governança Pública, Manutenção da Gestão e Economia Sustentável. Nessa parte são apresentadas as ações realizadas pela SEAF com foco na descrição e análise a partir da dotação orçamentária disponibilizada e realizada, das metas alcançadas e das condições de execução. A segunda parte do relatório se dedica a detalhar as ações previstas no Programa Economia Sustentável, que é o programa finalístico que a SEAF está incluída, abordando de forma qualitativa e quantitativa as entregas já realizadas em atendimento aos AFCTs, bem como tudo aquilo que foi possível articular para entregas que se materializaram neste ano de 2024.

Cassio Alves Pereira
Secretário de Estado da Agricultura Familiar -SEAF

1. Programas e ações: Visão Geral do orçamento.

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SEAF foi responsável pela execução de três programas do PPA-LOA, a saber: Economia Sustentável, Governança Pública e Manutenção da Gestão. Os objetivos do programa Economia Sustentável são cinco: 1) Promover as atividades Agropecuárias, Pesqueiras e Aquícolas, 2) Promover o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Assistência Técnica e Extensão Rural, 3) Promover o Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, 4) Promover o Turismo como Atividade Econômica Sustentável e 5) Promover uma Economia Inclusiva e de Baixo Carbono. Este programa tem seus objetivos compartilhados com as variadas instituições, cuja missão principal está voltada para o desenvolvimento sustentável do estado do Pará. A SEAF tem sua missão vinculada ao objetivo de **Promover o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Assistência Técnica e Extensão Rural**. Os demais programas seguem a mesma lógica, de formas que no programa Governança Pública, o objetivo é “Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas”, e no programa “Manutenção da Gestão” o objetivo é a gestão das atividades meio, suporte para execução das ações finalística da SEAF. O programa finalístico **Economia Sustentável** permite e é desejável a realização de cooperação com foco em seus múltiplos objetivos, e a SEAF envidou esforços neste sentido, como se pode ver ao longo deste relatório, no detalhamento das ações executadas em 2024.

O orçamento disponibilizado para SEAF em 2024 foi de R\$ 4.070.000,00 (Quatro milhões e setenta mil reais)¹ que mostraram insuficientes para que a secretaria cumpra sua missão legal. No fim do exercício, face suplementações, a secretaria executou R\$ 4.611.216,40 (Quatro milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta centavos), ainda assim não permite que chegue ao final do exercício com todos os contratos executados pagos e liquidados. A prova disso é que a SEAF encerrou o exercício 2024 com quase R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) em DEA (Despesas de exercício anterior) a ser pago em 2025.

A SEAF envidou esforços para ampliar suas possibilidades de executar outros recursos e fontes (ver “Síntese das principais atividades realizadas pela SEAF em 2024”). Neste sentido, as parcerias e cooperações são fundamentais para ampliar as possibilidades de atender com mais robustez, seu principal público: os agricultores familiares e as comunidades tradicionais.

Em relação aos grupos de despesas, a realização do orçamento está dentro do comportamento esperado. Quase todo recurso disponibilizado foi empenhado e liquidado dentro do previsto. A tabela abaixo mostra que a SEAF operou todo seu orçamento em uma só fonte e em três grupos de despesas: Pessoal; ODC e Investimento. Nada foi investido em 2024 pela SEAF. Mesmo os R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que foi disponibilizado para investimento na dotação inicial, não foi disponibilizado para execução.

¹ LOA,PPA-2024

A tabela 1 apresenta a síntese do comportamento da execução orçamentaria da secretaria em 2024 com suas ações e metas por programa, destaque para dotações iniciais e o que efetivamente foi disponibilizado e liquidado. Também são apresentadas as dificuldades encontradas neste estágio da secretaria. Optamos em centralizar em tabela única as informações da execução realizado em 2024 porque o orçamento da secretaria permitiu fazer esta síntese, sem prejudicar a compreensão. Esperamos que o texto descritivo permita esclarecer o que foi realizado, mesmo com os limites encontrados.

1.1 Tabela 1. Execução orçamentária: programas e as metas 2024.

Programas	Ação	Execução											
			Física - Lançado no SIGPLAN			Física - não-lançado no SIGPLAN		Física - Real executada		Orçamentária/financeira			
		Produto	Meta	Meta Realizada	%	Meta Realizada	%	Meta realizada	%	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Real (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	%
Economia Sustentável	Desenvolvimento da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais	Família Atendida	2.462	1.104	44	1.800	73	2.904	117	230.620,00	73.819,90	72.590,59	98
	Capacitação de Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais e Produtores Rurais	Beneficiário Capacitado	2.460	836	34	1.175	48	2.011	82	58.700,00	664.110,00	609.988,88	92
	Promoção da Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade	Beneficiário Apoiado	2.460	448	18	1.200	49	1.648	67	80.500,00	44.150,00	34481,89	78
	Fomento, Criação e Fortalecimento das Organizações Socioprodutivas da AF e CT	Organização Atendida	2.470	591	23	740	30	1.331	53	127.400,00	6.000,00	4999,7	83
	Promoção da Bioeconomia	Projeto Realizado	2.460	0	0	700	28	700	28	57.960,00	20.960,00	11.907,68	57
	Operação e Expansão do Programa Território Sustentável	Produtor Habilitado	2.460	0	0		0	0	0	69.820,00	66.320,00	63.320,00	95
	Valor parcial									625.000,00	875.359,90	797.288,74	91
Governança Pública	Capacitação de Servidores Públicos	Servidor Capacitado	24	17	70,83					8.900,00	181.800,00	181.777,10	100
	Construção de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído	10	0	0					66.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Publicidade das Ações de Governo	Campanha Realizada	200	0	0					15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
	Valor parcial									89.900,00	181.800,00	181.777,10	100
Manutenção da Gestão	Unidade Abastecida	Unidade Abastecida	12	9	75					33.000,00	115.900,00	113.747,08	98
	Servidor Beneficiado	Servidor Beneficiado	102	34	33,33					115.000,00	504.000,00	500.447,21	99
	Servidor Beneficiado	Servidor Beneficiado	102	34	33,33					15.000,00	25.000,00	17.534,04	70
	Contrato Mantido	Contrato Mantido	10	6	60					692.100,00	711.811,48	698.622,45	98
	Servidor Remunerado	Servidor Remunerado	102	34	33,33					2.500.000,00	2.422.732,94	2.301.799,78	95
	Valor Total									3.207.100,00	3.159.544,42	3.632.150,56	115
Fonte: SIGPLAN 2024			Total Geral									4.611.216,40	

É importante destacar que as ações listadas no SIGPLAN 2024 são parte de um conjunto maior de ações pactuadas durante o lançamento do Plano Estadual de Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais (PEAFCT), em 2023, com as diversas representações das organizações dos agricultores familiares e das comunidades tradicionais, que integra a estratégia de Desenvolvimento Sustentável instituída pelo governo do Estado do Pará, a exemplo do Programa Amazônia Agora (PEAA), cujo foco é “incentivar a produção sustentável e atrair investimento para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono”. Foi este espírito que moldou a atuação da SEAF, em 2024, mesmo com poucos recursos orçamentários, “abriu janelas” para possibilitar desenvolver ações nos 144 municípios paraenses. Neste sentido existem metas audaciosas para cada região de integração, onde todos os municípios foram incluídos, mas que até o momento não foi possível atender diretamente.

O Programa finalístico Economia Sustentável, onde a SEAF está integrado, é composto por seis (6) ações (ver também, cap. 5) onde quase todos os municípios das 12(doze) regiões de integração do Estado estão incluídos. A decisão estratégica da SEAF foi priorizar acordos de cooperação técnica e parcerias com as instituições públicas e privadas, para ampliar a atuação da secretaria. Nesse sentido, a SEAF atualmente é membro titular em mais de vinte (20) políticas públicas e programas cujo objetivos dialogam, direta ou indiretamente, com a dinâmica dos Agricultores familiares e das Comunidades Tradicionais.

Executamos neste programa R\$ R\$ 797.288,74 (Setecentos e noventa e sete mil duzentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos). A SEAF, diante da limitada capacidade técnica operacional, executa as tarefas estratégicas, por meio dos convênios ou parcerias. Foi o que aconteceu com os R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), de uma emenda parlamentar para “capacitação de agricultores familiares”, que a secretaria captou e optou em realizar termo de fomento para execução do objeto. O termo está vigente até 2025 e a SEAF está tabulando os resultados para inserção dos dados no SIGPLAN. O restante do valor equivalente a R\$ 197.288,74 (Cento e noventa e sete mil duzentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos) foram executados, quase na sua totalidade, para pagamento de diárias, distribuídas nas ações relacionadas

Em relação as metas, destacamos a ação “Desenvolvimento da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais” cuja meta estadual é 2.462 atendimentos. Deste total foi realizado e registrado no SIGPLAN 1.104, ou seja, 44,84% da meta. A dotação inicial prevista foi de R\$230.620,00, mas a dotação real liberada foi de R\$73.819,90, e executado R\$72.590,59 (98%). Ou seja, recebemos apenas 32% da dotação prevista, mas executamos 44,84% da meta, por isto é o melhor desempenho dentro do sistema. Vale destacar, conforme registrado na Tabela 1, que outros 1.800 atendimentos foram realizados de forma difusa que não foram registrados no SIGPLAN. Nesse caso, a somatória dos atendimentos registrados e não registrados no SIGPLAN ultrapassam em 17% a meta prevista.

Na ação Capacitação de Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais e Produtores Rurais foram registrados 836 atendimentos, 33,98% da meta. Embora seja um número tímido frente a meta inicial, destacamos que a dotação inicial para esta ação foi de R\$58.700,00, mas apenas R\$9.988,88 foi disponibilizado, visto que R\$600.000,00 (Seiscentos mil reais) foi captação direta da SEAF e executado indiretamente através de termo de fomento, cujos resultados estão sendo tabulados e devem aparecer em 2025 no sistema. Na tabela 1 se observa que outros 1.175 atendimentos foram resultantes das ações indiretas decorrentes de mobilizações e participação dos agricultores familiares e comunidades tradicionais na construção e integração em políticas públicas, portanto, não contabilizados no SIGPLAN.

Na ação Fomento, Criação e Fortalecimento das Organizações Socioprodutivas da AF e CT realizamos 591 atendimentos, 23,93% da meta, para dotação inicial de R\$127.400,00, mas a dotação real ficou em R\$ 6.000,00 e executado R\$ 4.999,70. Ou seja, a dotação real representa apenas 4,70% da dotação inicial, e os resultados da meta superam este número e mostra que, no geral, evidentemente com problemas e ajustes, executamos as metas em sintonia com a disponibilidade orçamentária. Além disso, devido ao engajamento da SEAF nas cooperações institucionais, articulação no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e as parcerias com os movimentos sociais rurais outros 740 atendimentos foram realizados e que totalizariam 54% da meta prevista.

Por fim duas ações aparecem com execução “0” de metas executadas no SIGPLAN. Nesse caso, embora a dotação real tenha ficado abaixo do proposto inicialmente (R\$ 127.780,00), foram gastos R\$ 75.227,68 nos programas “Operação e Expansão do Programa Território Sustentável e Promoção da Bioeconomia”. Estas duas ações fazem parte do escopo de várias ações que são realizadas em parcerias pela SEAF. São ações de execução transversais, e a gestão é compartilhada. Neste sentido parte do recurso foi gasto na natureza 339014, ou seja, diárias civil, muitas vezes para atender demanda dos parceiros na ação e parte foi utilizado para honrar despesas com combustíveis, demanda que, na maioria das vezes, atenderam ações compartilhadas que não coube a SEAF os registros dos dados no SIGPLAN. No entanto, de forma indireta contabilizamos 700 atendimentos o que representa 28% da meta prevista.

Em relação aos programas, Governança Pública e Manutenção da Gestão, o desempenho é positivo, mesmo com todas as limitações já tratadas neste relatório, as metas foram realizadas com sucesso. Capacitamos 17 servidores dos 24 programados, mais de 70% da meta, embora os gastos tenham sido bem superior a dotação inicial, gastamos de acordo com a dotação real disponibilizada. No programa Manutenção da Gestão, destaque para os gastos com metas planejadas para 102 servidores. A SEAF tinha na programação realizar PSS para contratar mais 28 servidores em 2024, mas não aconteceu devido a não autorização processo seletivo por falta de disponibilização de recursos orçamentários, embora o PSS tenha sido autorizado pelo GETAF. Atualmente a SEAF dispõe de 34 servidores, sendo 27 DAS e 7 efetivos cedidos de outros órgãos públicos. Por este motivo o percentual de execução da meta ficou abaixo do esperado, mas

plenamente justificado, dado as circunstâncias da disponibilidade orçamentária do Estado.

Por fim, embora o orçamento limitado da SEAF, diante de sua responsabilidade institucional, a gestão permitiu “abrir janelas” para conectar as demandas dos Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais às políticas públicas estruturantes, a exemplo do crédito rural, PAA, PNAE, REDD+, Pagamento por Serviços Ambientais, Programa Estadual de Pecuária Sustentável e tantas outras previstas no seu Plano Estadual. Em uma estimativa de demanda de recursos para otimizar o funcionamento da SEAF, para os exercícios anuais futuros, calculamos a necessidade de constar no OGE valores em torno a R\$ 17.127.563,00, conforme detalhado na tabela 2.

Tabela 2. Estimativa de recursos do OGE para o funcionamento dos exercícios anuais futuros da SEAF

ITEM DE DESPESA	VALOR NECESSÁRIO PROJETADO (R\$)
PESSOAL (Folha Atual) + PSS 28 CONTRATADOS	3.469.263,00
AUX ALIMENTAÇÃO	104.000,00
VALE TRANSPORTE	50.000,00
RESSARCIMENTO UFPA	215.000,00
ESTAGIÁRIOS	60.000,00
LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E LOCOMOÇÃO PASSAGEM AÉREA	1.004.000,00
COMBUSTÍVEL	180.000,00
ASSESSORIA CONT/ADM/ORÇ	120.000,00
PRODEPA	54.000,00
IOEPA	80.000,00
ALUGUEL SEDE	300.000,00
MATERIAL CONSUMO ADM	50.000,00
MATERIAL CONSUMO FINALISTICO	141.300,00
EVENTOS	20.000,00
DIÁRIAS	180.000,00
EQUIPAMENTOS	200.000,00
CONVÊNIOS	900.000,00
AÇÕES FINALÍSTICAS PARA O PROGRAMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL	10.000.000,00
TOTAL	17.127.563,00

A SEAF compreende os desafios gigantes que tem pela frente e entende o Sistema de Gestão e Planejamento, SIGPLAN como ferramenta necessária na contribuição da superação dos limites enfrentados por esta secretaria. Neste sentido, as experiências de 2024, devem criar oportunidades de aprendizados para 2025 e assim esperamos contar com a SEPLAD, parceira indispensável neste processo, para avançar na qualidade da gestão das informações.

A seguir, apresentamos o detalhamento de ações realizadas pela SEAF que foge as metrcas quantitativas do SIGPLAN, mas revela o esforço e o compromisso da SEAF em avançar no sentido de conectar os AFCT's às políticas públicas.

2. Programa finalístico desenvolvido pela SEAF.

2.1 Programa Economia Sustentável.

2.1.1 Desenvolvimento da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais.

No âmbito da desta ação a SEAF restabeleceu o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, capitou recursos por meio de emendas e demandas parlamentares, concebeu e articulou apoio para financiar a produção de alimentos com restauração florestal, pelo Programa Pará da Alimentação Saudável e Floresta Viva, já tendo inclusive captado recursos para iniciar tais ações, inseriu de forma qualificada as demandas dos AFCTs em políticas públicas e fomentou diretamente o aumento da produção de alimentos dos AFCTs. Nesta ação a SEAF, além dos 1.104 atendimentos já registrados no SUGPLAN, outros 1.800 atendimentos foram realizados conforme as atividades realizadas abaixo.

2.1.1.1 Restabelecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O ano de 2024 marcou o restabelecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Vinculado a SEAF, conforme Decreto do poder executivo nº. 3.606, de 20 de dezembro de 2023², o CEDRS é um espaço de caráter consultivo, propositivo e deliberativo acerca de políticas públicas que mobiliza 64 instituições dos governos estadual e federal, da academia, financiadores, ONGs e movimentos sociais rurais na promoção da agricultura familiar e das comunidades tradicionais e desenvolvimento rural sustentável. Em 2024, o CEDRS funcionou com três reuniões do plenário e também por meio de 11 reuniões das câmaras técnicas e grupos de trabalho temáticos mobilizando seus membros, sendo 32 do poder público e 32 da sociedade civil organizada.

Nas reuniões foram tratados diversos temas de interesse dos coletivos com assentos no CEDRS, dentre os quais destacamos um dos temas estratégicos para o Estado do Pará, que é a **promoção e implementação de uma economia rural sustentável e de baixo carbono**. Nesta perspectiva, **o CEDRS dedicou-se ao aprimoramento de políticas públicas de crédito rural, assistência técnica e extensão rural e promoção da produção orgânica, da agroecologia e da sociobioeconomia**, onde as câmaras técnicas temáticas, como espaço de construção e proposição, tiveram um papel fundamental, como é detalhado a seguir.

² Para saber mais ver < <https://leisestaduais.com.br/pa/decreto-n-3606-2023-para-institui-o-conselho-estadual-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-cedrs> >.

Câmara Técnica de Crédito Rural.

A câmara técnica de crédito rural tem como principal função assessorar e orientar o CEDRS em decisões relacionadas ao financiamento agrícola, pecuário e florestal. Em 2024 a CT de Crédito Rural realizou duas reuniões e atuou priorizando proporcionar o maior acesso ao crédito rural pela agricultura familiar e comunidades tradicionais e também para aumentar a destinação de recursos para atividades e produtos da sociobioeconomia. Nesta perspectiva, a atuação dos membros da CT de Crédito Rural contribuiu para a adesão do BANPARÁ como operador de linhas de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura PRONAF³. **Com juros subsidiados e mais adequados à capacidade de pagamento dos AFCTs, a perspectiva é que o BANPARÁ invista, durante o período do Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, o valor de R\$ 140.000.000,00 (Cento e quarenta milhões de reais) em três linhas de crédito rural do PRONAF (PRONAF Bioeconomia, PRONAF Custeio e PRONAF Mais Alimentos),** que irão aumentar a capacidade produtiva e o padrão tecnológico dos AFCT, resultando em maior produção e comercialização de alimentos, produtos da bioeconomia, geração de emprego e renda e desenvolvimento local. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMAS) por meio do comitê executivo do PLANBIO e também a Cooperação Alemã GIZ, ambas compõem a CT de Crédito Rural, tiveram papel relevante na articulação junto ao Governo Federal para esta conquista.

A valorização da sociobioeconomia da floresta e agroflorestas também recebeu atenção da CT de crédito rural que atuou em forte colaboração com o Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia (BASA) elaborando proposições para o aperfeiçoamento das normas e mecanismos de recebimento e avaliação dos projetos de crédito rural. **Tais esforços resultaram em maior celeridade na avaliação e maiores índices de aprovação de projetos de crédito rural voltados à sociobioeconomia como a exploração de castanha-do-Pará, copaíba, andiroba, produção de mel e outros produtos da floresta.**

Câmara Técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A câmara técnica de assistência técnica e extensão rural é um fórum especializado que objetiva promover a articulação, coordenação, acompanhamento e proposição de ações relacionadas à assistência técnica e extensão rural. A ATER pública, de qualidade e continuada é um dos principais instrumentos de promoção dos AFCTs, conforme o Plano Estadual da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais. Nesta perspectiva, buscando ampliar e qualificar as entregas deste serviço ao beneficiário, definiu-se nesta CT pela realização de diagnóstico para mapeamento dos principais entraves e compreensão das oportunidades e desafios das iniciativas de ATER pública e privada existentes no Estado do Pará, além de aprofundar o conhecimento sobre a política nacional de ATER e das entregas realizadas pela EMATER-Pará.

³ Para saber mais ver < <https://www.semas.pa.gov.br/2024/07/26/articulacao-do-estado-garante-ampliacao-de-acesso-a-credito-para-agricultura-familiar/> >.

Para tanto, a SEAF articulou recursos com a The Nature Conservancy Brasil (TNC), organização não-governamental global de conservação, com quem a SEAF tem um acordo de cooperação, para contratação de empresa especializada a fim de aportar recursos financeiros para realização do referido diagnóstico sobre ATER. A empresa Terra Preta foi selecionada via Termo de Referência⁴ e tem previsão de entregar o diagnóstico no final do primeiro semestre de 2025. O diagnóstico do Estado da Arte da ATER no Pará irá subsidiar proposições para a criação de um sistema estadual de assistência técnica e extensão rural, orientado pela política estadual de assistência técnica e extensão rural do Governo do Pará.

Em outra frente de atuação que contou com o engajamento da Superintendência do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no Estado do Pará (MDA), a CT de ATER mobilizou a vinda a Belém do Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA, Marenilson Batista da Silva⁵, para apresentar a política nacional de ATER e criar o vínculo de compromisso da conexão da EMATER Pará e do Sistema Estadual de ATER com o SUATER (Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural) do governo federal. Nesta oportunidade, também ficou evidente a necessidade de aprofundar a compreensão de todas as políticas públicas disponíveis para os AFCT, tanto de ATER, como de fomento à produção e outras. Diante disso, deliberou-se pela realização de um diagnóstico de tais políticas públicas, o que foi iniciado pela SEAF e está em fase de elaboração, bem como a realização de um Seminário Estadual sobre políticas públicas para agricultura familiar e comunidades tradicionais com previsão de realização, no primeiro semestre de 2025.

A EMATER-Pará apresentou na CT de ATER, o SISATER e GeoPortal, iniciativa lançada em 2024, pela EMATER Pará. O SISATER - Sistema de Acompanhamento das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural no Pará⁶. É uma ferramenta para cadastro, registros de dados da produção familiar e o perfil socioeconômico das famílias de produtores, bem como de planejamento e avaliação das ações desenvolvidas pelos extensionistas. O Geoportal da EMATER-PARÁ é uma ferramenta inovadora desenvolvida para espacializar e divulgar informações estratégicas sobre a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Pública no estado do Pará⁷. Ambos os sistemas foram apresentados pelo Presidente da EMATER, Joniel Vieira de Abreu⁸, e são instrumentos sofisticados e promissores para a eficiência na gestão e o aperfeiçoamento do atendimento público feito pela EMATER Pará. Houve o compromisso, por parte de membros da CT de ATER, em cooperar com a EMATER para o compartilhamento de dados

⁴ Para saber mais ver: < [tdr-mapeamento-ater-para-2024.pdf](#) >.

⁵ Para saber mais ver: < [Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia — Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar](#) >.

⁶ Para saber mais ver: < <https://agenciapara.com.br/noticia/61205/emater-lanca-novo-sistema-para-acompanhar-atividades-de-desenvolvimento-da-agricultura-familiar-paraense> >.

⁷ Para saber mais ver: < <https://geoportal.emater.pa.gov.br/> >.

⁸ Para saber mais ver: < <https://www.emater.pa.gov.br/quem-e-quem> >.

geoespaciais a fim de ampliar a base já existente no Geoportal.

Objetivando socializar experiências inovadoras de ATER no Estado do Pará, a CT de ATER mobilizou o IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), para apresentar o Aplicativo ATER Pai D'égua⁹. **A ferramenta permite que equipes técnicas ofereçam suporte contínuo e de qualidade aos agricultores, mesmo à distância, se baseando na metodologia de assistência técnica com foco no desenvolvimento e adoção de práticas agrícolas sustentáveis para os atendimentos à distância e presenciais.** A iniciativa do IPAM desenvolvido em parceria com a EMATER e Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) foi apresentada na perspectiva de uma inspiração para o desenvolvimento de sistemas similares em consonância aos interesses de outros agentes públicos ou privados que atuem no segmento da ATER. **Também foi firmado compromisso de membros da CT de ATER em ampliar a utilização da ferramenta ATER Pai D'égua na prestação de ATER.**

Câmara Técnica de Comercialização, Agroecologia Produção Orgânica e Sociobioeconomia (CTCAPOS)

A CTCAPOS ao abordar de forma integrada a comercialização, agroecologia, produção orgânica e sociobioeconomia, tem como papel essencial contribuir com a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, promovendo práticas que unem sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica e justiça social. **Em 2024, a CTCAPOS atuou em duas frentes: acompanhamento da proposta da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade (PEAPOS) e na ampliação do acesso dos AFCTs ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC).**

A PEAPOS tem o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e dos sistemas orgânicos de produção e extrativismo sustentável, assim como sistemas em processos de transição agroecológica, que destacam o uso controlado até a eliminação do fogo. As iniciativas contribuem com a sustentabilidade dos sistemas, a qualidade de vida das populações do campo, da floresta, das águas e da cidade, isso porque **aumenta a oferta e consumo de alimentos saudáveis e geram renda.** A proposição da PEAPOS surgiu em seminário realizado em dezembro de 2017 e construída uma minuta pelo GT de políticas públicas da CTCAPOS, em 2018. Em 2019, essa minuta foi submetida para consulta pública, obtendo mais de cem contribuições e aprovada por 99% dos participantes da consulta e na sequência submetida e aprovada em plenária do CEDRS em 15/10/2020. O documento foi submetido à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário (SEDAP) que a enviou para análise jurídica e formatação da Lei Estadual, pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

⁹ Para saber mais ver: < [A ferramenta online ATER Paidegua busca aproximar equipes técnicas a famílias da área rural da Amazônia - Conexão In](#) >.

No PEAFACT, consta a recomendação que o CEDRS acompanhasse a implementação da PEAPOS, e nesse sentido, o GT de Políticas Públicas da CTCAPOS dedicou-se na sensibilização das partes interessadas para que dessem celeridade no processo junto a PGE10, que resultou num parecer da PGE que concluiu pela viabilidade jurídica da proposta legislativa e encaminhou a proposta à SEAF, na forma de “Minuta-PGE”. A SEAF procedeu a análise do processo e **emitiu parecer favorável** ao processo reforçando todo o trabalho coletivo e participativo que foi realizado para a elaboração desta minuta, entendendo a importância desta política e da temática da agroecologia e sociobiodiversidade dentro do contexto de mudanças climáticas que estamos vivenciando atualmente. **Por fim, o processo foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para os devidos encaminhamentos de análise final e envio, pela Casa Civil da Governadoria do Estado à Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA).**

Em outra frente de trabalho, a CTCAPOS, por meio do GT de comercialização, atuou junto a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) para aumentar a participação nas compras da agricultura familiar para a alimentação escolar oferecida pela SEDUC por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para tanto, a SEAF sistematizou informações da base de dados do PNAE e realizou diversas reuniões com a equipe da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CAE), da SEDUC para apresentar o potencial de fornecimento dos AFCTs à alimentação escolar no estado do Pará, tanto em termos de produtos e como em organizações coletivas (associações e cooperativas) que já realizam entrega junto às prefeituras municipais no Estado do Pará. **Esse movimento somado a sensibilização da SEDUC em melhorar o desempenho das compras do PNAE operado pela rede estadual de ensino resultou na realização de uma chamada pública¹¹, com inclusão de itens estocáveis como farinha de mandioca branca, farinha de tapioca, polpa de açaí e biscoito caseiro salgado.**

A Chamada Pública resultou na seleção de cinco cooperativas da agricultura familiar que estão fechando contratos com a SEDUC que somados chegam a R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) para o fornecimento de alimentos da agricultura familiar à alimentação escolar¹². Este é um resultado muito expressivo ao considerar que no ano anterior não houve seleção de cooperativas para tal fornecimento. Para 2025 a perspectiva é que haja um incremento da diversidade de itens, volume demandado de produtos e maior aporte financeiro às compras que tem potencial de triplicar o valor alcançado em 2024.

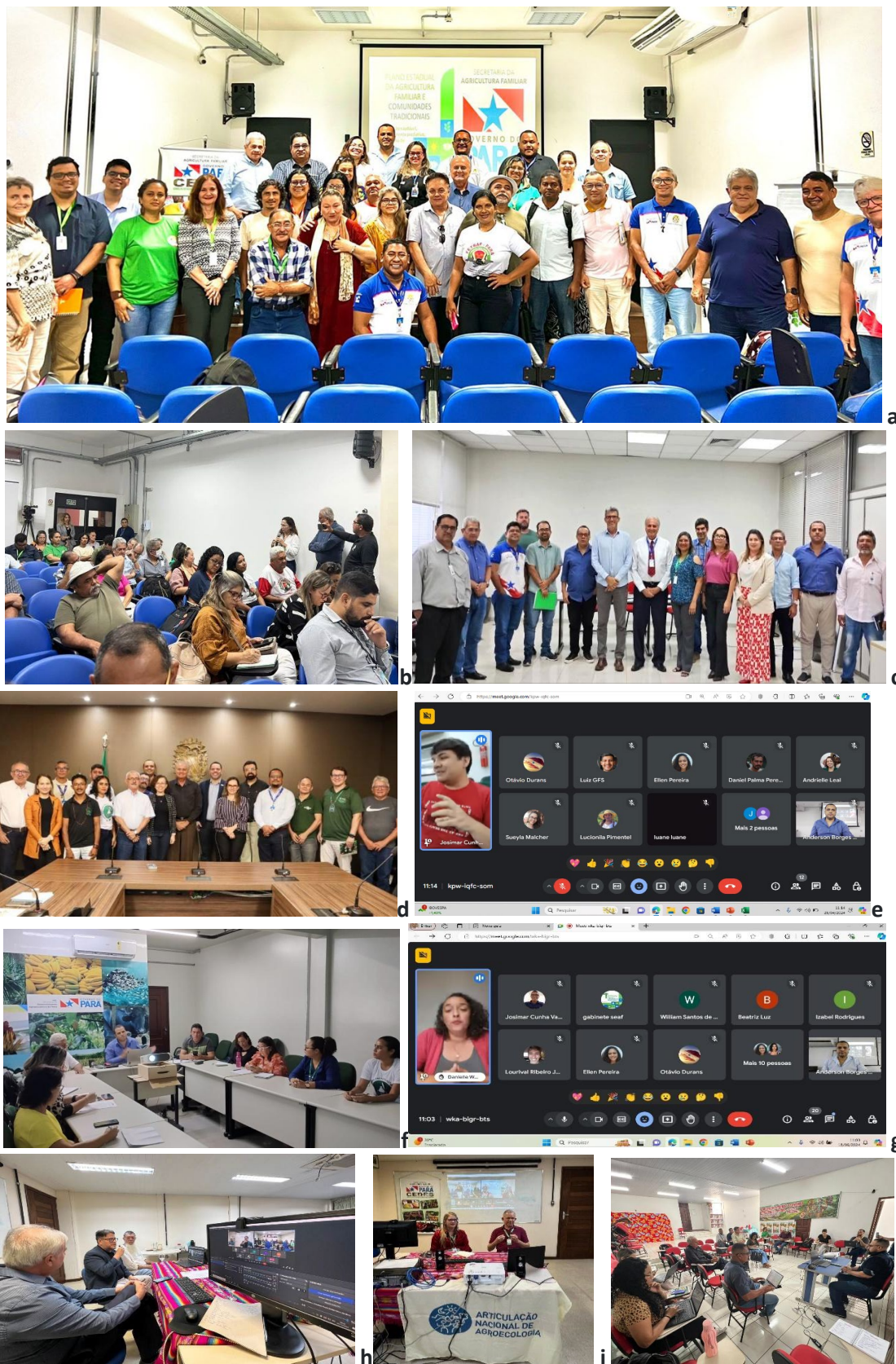
¹⁰ Processo no. 2020/384171.

¹¹ Para saber mais ver: <

https://intranet.seduc.pa.gov.br/intranet/sistemas/editais/editais/CHAMADA_PUBLICA_001_2024_Edital_e_anexos_Chamada_P%FABlica.pdf >

¹² Para saber mais ver: <

https://intranet.seduc.pa.gov.br/intranet/sistemas/editais/editais/CHAMADA_PUBLICA_001_2024_Resultado_Final_Chamada_P%FABlica.pdf >.



Palheta de fotos 01: (a & b) 1ª Reunião do plenário do CEDRS em 14.04.2024; (c) 2ª Reunião da CT de ATER em 04.07.2024; (d & e) Mesa Técnica Destruando do Crédito da Bioeconomia em 25 e 26.01.2024; (d) 2ª Reunião do CEDRS em 25.06.2024; (e) 1ª Reunião do CT de ATER em 26.04.2024; (f) 1ª Reunião GT Regimento Interno 11.04.2024; (g) 1ª Reunião do CT CAPOS em 18.06.2024; (h & i) 3ª Reunião CT de ATER 04.12.2024 e (j) 2ª Reunião CT Crédito Rural em 19.11.2024.

2.1.1.2 Captação de recursos via emendas e demandas parlamentares.

A SEAF articulou com parlamentares da ALEPA, Câmara e Senado Federal a mobilização de 14 emendas e demandas parlamentares. Por meio dessas fontes, os parlamentares direcionam recursos públicos para projetos, ações e obras específicas, de acordo com as demandas das suas bases eleitorais ou prioridades identificadas que estejam alinhadas aos interesses dos AFCTs paraenses, bem como, com a política de investimento e prioridades definidas pelo governo do Estado.

Serão investimentos no montante de R\$ 9.501.764,70 (nove milhões, quinhentos e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais) correspondendo a 10 emendas federais e quatro estaduais que irão beneficiar diretamente pelo menos 5.000 (cinco mil) famílias de AFCTs em 20 municípios paraenses. Os investimentos são prioritariamente nas atividades de preparação de solos para o plantio em sistemas de recuperação de áreas degradadas, aumento na produção de alimentos básicos e de processamento em agroindústrias coletivas rurais. Além disso, os recursos contemplam aquisição de equipamentos agrícola, tratores e micro tratores, de insumos agrícolas e construção de viveiros de mudas de frutíferas e essências florestais. **Também há projetos voltados a melhorar as técnicas produtivas, a capacidade gerencial das organizações produtivas e empreendimentos dos AFCTs.** Cursos e treinamentos para capacitar agricultores e técnicos com foco na melhoria e consolidação dos negócios dos AFTCs, permitindo maior agregação de valor e gerando maior renda também estão sendo previstos

A primeira, das 14 emendas parlamentares, já teve operacionalização finalizada com aplicação dos recursos de acordo com o seu propósito. É o caso da emenda parlamentar do Dep. Estadual Carlos Bordalo, item 2.2 do quadro abaixo. **Todas as demais estão em processamento no âmbito da SEAF e SEPLAD para atendimento às exigências documentais para aplicação dos recursos financeiros com previsão de finalização para geração dos benefícios e entregas à sociedade para o ano de 2025.**

Tabela 03. Emendas e demandas de parlamentares federais e estaduais articuladas pela SEAF para atendimento às demandas dos AFCTs.

EMENDAS E DEMANDAS FEDERAIS					
1	PARLAMENTAR	OBJETO	BENEFICIÁRIO	MUNICÍPIOS	VALOR (R\$)
1.1	Paulo Rocha (ex-parlamentar)	A definir pelo Comitê Gestor da Bacia do Rio Marapanim	SEAF	Bacia do Rio Marapanim	R\$ 2.000.000,00
1.2	Deputada Federal Dilvanda Faro	Máquinas e implementos agrícolas para preparo de área e plantio	SEAF	A definir	R\$ 1.680.882,35
1.3	Deputado Federal Airton Faleiro	Máquinas e implementos agrícolas	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	A definir	R\$ 1.680.882,35
1.4	Senador Beto Faro	Tratores agrícolas para preparo de área e plantios	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	A definir	R\$ 1.000.000,00
1.5	Deputado Federal Airton Faleiro	Projeto para Fortalecimento da Agricultura Familiar	SEAF/BELÉM	A definir	R\$ 500.000,00
1.6	Deputado Federal Airton Faleiro	Caminhão para transporte de produtos agrícolas	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	A definir	R\$ 480.000,00
1.7	Deputado Federal Airton Faleiro	Aduos e fertilizantes agrícolas	STTR de Altamira	Altamira	R\$ 100.000,00
1.8	Deputado Federal Airton Faleiro	Lancha de 10 lugares com motor 60 HP para transportar a produção	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	Gurupá	R\$ 85.000,00
1.9	Deputado Airton Faleiro	Ensiladeira agrícola para preparação de ração às criações	PM de São João do Araguaia	São João do Araguaia	R\$ 25.000,00
Sub-total I - EMENDAS FEDERAIS (EF).					R\$ 7.551.764,70
EMENDAS ESTADUAIS					
2	PARLAMENTAR	OBJETO	BENEFICIÁRIO	MUNICÍPIOS	VALOR (R\$)
2.1	Deputado Estadual Bordalo	Capacitação e fomento para práticas agrícolas sustentáveis	Organização Amazônia Viva	Belém, São Domingos do Capim e outros	R\$ 600.000,00
2.2	Deputada Estadual Livia Duarte	Produção Saudável de Alimentos e saúde de populações em comunidades urbanas periféricas".	Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Primeiro de Março	Região Metropolitana de Belém	R\$ 100.000,00
2.3	Deputado Estadual Bordalo	Capacitação de agricultores	Prefeitura Municipal de Redenção	Redenção	R\$ 50.000,00
Sub-total II – EMENDAS ESTADUAIS (EE)					R\$ 750.000,00
Total = I + II (EF + EE)					R\$ 8.301.764,70

2.1.1.3 Estruturação do Programa “Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva”.

Conforme previsto no PEAFACT em seu lançamento no Fórum Paraense de Mudanças Climáticas em 2023, a SEAF tem a responsabilidade de elaborar e executar um programa com ações que viabilizem entregas estruturantes e de impacto significativo na promoção do desenvolvimento sustentável dos AFCTs, para assim contribuir com as metas previstas no Plano Estadual Amazônia Agora, levando em conta que o PEAFACT é um dos instrumentos executores do PEAA¹³.

A SEAF se empenhou, durante o exercício 2024, tanto para elaborar o programa como em articular os recursos necessários para sua implementação. Nesse sentido, o programa recebeu apoio do Governador Helder Barbalho, manifestado em Carta de Intenção, foi formatado e está em fase de finalização da Carta Consulta e negociação junto ao **Banco Mundial para apoio financeiro no valor R\$ 600.000.000,00 (Seiscentos milhões de reais), via empréstimo. O programa irá atuar em 47 municípios com previsão de início para 2025/2026 e duração de seis anos.** Os principais indicadores são os seguintes:

- I) **24.680 famílias beneficiadas diretamente**, com aumento da produção de alimentos básicos;
- II) **822 técnicos de ATER** prestando serviços a famílias de AFCTs;
- III) **200 viveiros florestais produzindo 3,5 milhões/ano de mudas** de árvores florestais e frutíferas;
- IV) **330 empreendimentos agroflorestais e agroindustriais** com planos de negócios e de segurança alimentar implementados nas 12 regiões de integração do Pará;
- V) **130 Unidades de processamento de produtos alimentícios** e da sociobioeconomia beneficiadas;
- VI) **Fomento agroflorestal de R\$ 5.000,00/Família, atendendo 822 grupos de 30 famílias;**
- VII) **30 Unidades Populares de Referência Tecnológicas implantadas** em parceria com Embrapa, Universidades e Institutos de Pesquisa e Formação incluindo bolsas para pesquisadores, docentes e estudantes;
- VIII) **Construção e/ou reforma de 20 espaços de comercialização (Feiras e Mercados)** de alimentos e produtos da sociobioeconomia;

O processo de formatação do Programa contou com subsídios técnicos e administrativas fundamentados em experiências práticas de iniciativas apoiadas pelo Banco Mundial e iniciativas de campo desenvolvidas por AFCTs paraenses. Três exemplos podem ser destacados: 1) intercâmbio entre dirigentes da SEAF e diretores do Banco Mundial, para conhecimento in-loco das mais bem sucedidas experiências de financiamento do Banco Mundial em programas estruturantes para a agricultura familiar e comunidades tradicionais no Brasil, que é o caso do Governo da Bahia, 2) visita à sistemas agroalimentares sustentáveis geridos por grupos coletivos de AFCTs e

¹³ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/572993.pdf> >.

integrados a mercados da bioeconomia, que por sua vez é o caso da Associação de Produtores e Produtoras Rurais da Comunidade de Campo Limpo (APROCAMP)¹⁴ em Santo Antônio do Tauá - Pará e 3) produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos com restauração florestal dos agricultores assentados no Projeto de Assentamento Abril Vermelho, em Santa Bárbara do Pará¹⁵.



Palheta de fotos 02: (a) Reunião na Companhia de Desenvolvimento Rural e Ação Regional do Governo da Bahia; (b) Produtos da Cooperativa da Agricultura Familiar de Ribeira do Pombal, BA; (c) Centro de Distribuição Regional de Produtos da Agricultura Familiar no Governo da BA, Salvador; (d) Empório da Agricultura Familiar em Salvador, BA; (e) Reunião da SEAF com diretores e economistas do Banco Mundial para elaboração de Projeto “Pará que Alimenta e Refloresta”; (f, g & h) Diretores e economistas do Banco Mundial em visita ao Assentamento Abril Vermelho, Santa Bárbara e (i) Diretor do Banco Mundial conhecendo o processamento de bioprodutos dos AFCTs em Santo Antônio do Tauá.

¹⁴ Para saber mais ver: < <https://planetacampo.canalrural.com.br/noticias/natura-inaugura-agroindustria-na-amazonia-em-parceria-com-comunidade-local/> >.

¹⁵ Para saber mais ver: < <https://mst.org.br/2024/09/09/para-um-pais-em-chamas-uma-solucao-ancestral-indigenas-e-agricultores-preservam-amazonia/> >.

2.1.1.4 Captação de recursos para iniciar a implementação de ações inaugurais do “Programa Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva”.

Para dar início nas ações previstas no “Programa Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva” com entregas e benefícios aos AFCTs de forma imediata, a SEAF se articulou junto a outros parceiros para elaborar projetos que possibilitem a captação de recursos financeiros. Nesta perspectiva, a SEAF atuou em 2024 com duas parceiras institucionais para captação de recursos, junto a The Nature Conservancy Brasil e ao PNUD.

O “Projeto Alcançando Uma Visão Inclusiva para a cadeia de suprimentos de gado do Brasil” foi elaborado e articulado em parceria com a TNC, e conta com recursos já captados junto ao Governo da Noruega/NICFI. Teve suas atividades iniciadas em dezembro de 2024 com planejamento de ações e será executado em 24 meses gerando benefícios estimado a 30.000 famílias de agricultores em 44 municípios correspondentes a quatro regiões de integração do Estado do Pará: 1) Araguaia (15 municípios); 2) Carajás (12 municípios); 3) Lago de Tucuruí (7 municípios) e Xingu (10 municípios)¹⁶, sendo escolhidos porque concentrarem o maior rebanho bovino do Estado do Pará e expressiva presença de AFCTs.

O projeto tem orçamento de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), e objetivo ampliar o protagonismo dos AFCTs na construção e implementação do Programa Estadual de Pecuária Sustentável do Governo do Pará, atuando na melhoria do conhecimento sobre o papel da agricultura familiar na cadeia da pecuária paraense e no desenvolvimento de alternativas de melhoramento produtivo e oportunidades de negócios para a agricultura familiar. **Está sendo executado em parceria também com o IPAM, FETAGRI e FETRAF na condição de co-executores.**

A parceria da SEAF com o PNUD tem por objetivo o desenvolvimento de ações mútuas voltadas a territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); promoção do desenvolvimento econômico regional, voltado para erradicação da pobreza e a redução de desigualdades e da exclusão social, aliados à preservação do meio ambiente, para alcance de um futuro melhor, sem deixar ninguém para trás, o fortalecimento institucional da SEAF, desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares a partir da implementação do Plano Estadual de Agricultura Familiar, usando instrumentos de gestão pública para os temas de alimentação saudável, reflorestamento produtivo e conservação de florestas, entre outras.

Para a implantação dessas resultados promissores em contribuir com estratégias de desenvolvimento rural sustentável no Estado do Pará, o PNUD contratou consultores que em colaboração com a equipe técnica da SEAF elaborou um projeto robusto que irá movimentar um orçamento na ordem de R\$ 16.710.000,00 (Dezesseis milhões, setecentos e dez mil reais) a serem viabilizados via captação de recursos financeiros em fontes nacionais ou internacionais.

¹⁶ Para saber mais ver : < https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/anexo_vi.pdf >

Atendimento estimado à 5.000 famílias em 10 municípios que correspondem aos mais populosos do estado do Pará¹⁷ que juntos representam 42% da população paraense¹⁸ escolhidos devido a necessidade do Estado do Pará aumentar a produção de alimentos básicos a fim de colaborar a erradicação da insegurança alimentar e nutricional. Os AFCTs serão beneficiados com ações de assistência técnica e extensão rural e fomento produtivo (sementes, insumos e equipamentos) para aumentar a produção de alimentos básicos e diversificar a diversificação produtiva em bases agroecológicas e restauração ecológica e também fortalecimento. O projeto também prevê metas de apoio técnico e doação de equipamentos para o fortalecimento de empreendimentos coletivos de processamento de alimentos da agricultura familiar aumentando a disponibilidade de alimentos nos circuitos de comercialização.

2.1.1.5 Inserção dos AFCTs nos principais projetos, programas, planos e políticas públicas de apoio aos agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Em 2024, a SEAF por meio de seus dirigentes e quadro técnico dedicou especial atenção em participar da formulação técnica, aperfeiçoamento, gestão e implementação de 25 diferentes iniciativas federais e estaduais que tem como beneficiário os AFCTs. Esta ação é orientada pelo esforço em promover maior integração dos agricultores familiares e comunidades tradicionais às políticas públicas e de adequar essas políticas às necessidades e capacidades dos AFCTs.

Ao integrar agricultores familiares e comunidades tradicionais às políticas públicas, a SEAF cumpre seu papel de reduzir desigualdades e promover o bem-estar da sociedade como um todo, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que alinha crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Os projetos, programas, planos e políticas estaduais e federais que contam com a participação da SEAF estão abaixo relacionados.

01. *Comitê Gestor do Sistema Estadual de Mudanças Climáticas – COGES-CLIMA¹⁹;*
02. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF²⁰;*
03. *Conselho Gestor do Programa de Integridade e Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pecuária de Bovídeos Paraenses²¹ - Programa Estadual de Pecuária Sustentável;*
04. *Câmara Técnica Interinstitucional de Gestão das Políticas Públicas para as Mulheres²²;*

¹⁷ São eles em ordem crescente de maior população Belém, Ananindeua, Santarém, Parauapebas, Marabá, Castanhal, Abaetetuba, Cametá, Barcarena e Altamira.

¹⁸ Fonte: FAPESPA, 2024. Ver <

https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2018/tabelas/demografia/tab_1.1_populacao_total_e_estimativas_p_opulacionais_para_e_municipios_2013_a_2017.htm >.

¹⁹ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/MEMBROS-COGES-COMPOSI%C3%87%C3%83O-2.pdf> >.

²⁰ Para saber mais ver < [Condraf - Poder Público](#) >.

²¹ Para saber mais ver: < [Microsoft Word - RES01 COGES-PECUÁRIA.ADEPARÁ](#) >.

²² Para saber mais ver: < <https://agenciapara.com.br/noticia/44666/criacao-da-camara-tecnica-impulsiona-politicas-publicas-para-mulheres-no-para#:~:text=A%20Secretaria%20das%20Mulheres%20do,nesta%20sexta%2Dfeira%2C%202016.> >

05. *Comitê Integrado de Respostas a Estiagem e Incêndios Florestais do Estado do Pará*²³;
06. *Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico Pará 2050*²⁴;
07. *Fórum Paraense de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas*²⁵;
08. *Plano Estadual Amazônia Agora – PEAA*²⁶;
09. *Plano Estadual de Bioeconomia – Planbio*²⁷;
10. *Plano Estadual de Recuperação Nativa do Pará – PRVN*;
11. *Plano Estadual de Ações de Combate à Estiagem, Queimadas e Incêndios Florestais*²⁸
12. *Plano SAFRA da Agricultura Familiar*;
13. *Plano de Agricultura de Baixo Carbono ABC+ Pará*²⁹;
14. *Política de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis – PTS*³⁰;
15. *Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC*;
16. *Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA*;
17. *Política Estadual de Promoção da Igualdade Racial*³¹;
18. *Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PEMF-Comunitário e Familiar*³²;
19. *Programa de Regularização Fundiária e Ambiental – Regulariza Pará*;
20. *Programa Estadual de Pecuária Sustentável*³³;
21. *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*;
22. *Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*;
23. *Programa Florestas Produtivas*;
24. *Projeto Unidade de Recuperação Triunfo do Xingu*³⁴;
25. *Sistema Jurisdicional de Redução das Emissões por Desmatamento, Degradação Florestal, Conservação Ambiental, Manejo Sustentável das Florestas e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal – REDD+*³⁵;

²³ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/420130.pdf> >.

²⁴ Para saber mais ver: < [Câmaras Técnicas abordam políticas integradas na construção do Pará 2050 | Agência Pará](#) >.

²⁵ Para saber mais ver: < <https://www.forumigmcpa.com.br/forum-igmc> >.

²⁶ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/572993.pdf> >

²⁷ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/2024/06/12/comite-executivo-do-plano-estadual-de-bioeconomia-fortalece-alinhamento-entre-secretarias-4/> >.

²⁸ Para saber mais ver: < [Pará lança plano para intensificar combate a queimadas e estiagem com aumento de 66% do efetivo militar | Agência Pará](#) >

²⁹ Para saber mais ver: < <https://www.sedap.pa.gov.br/node/412> >

³⁰ Para saber mais ver: < [Estado discute avanços do Programa Territórios Sustentáveis para beneficiar produtores rurais | Agência Pará](#) >.

³¹ Para saber mais ver: < <https://leisestaduais.com.br/pa/decreto-n-3361-2023-para-regulamenta-o-art-3o-inciso-iii-da-lei-estadual-no-9-888-de-5-de-abril-de-2023-para-instituir-o-conselho-estadual-de-politica-de-promocao-da-igualdade-racial-coneppir-e-revoga-o-decreto-estadual-no-1-403-de-20-de-novembro-de-2008> >

³² Para saber mais ver: < <https://agenciapara.com.br/noticia/52937/reuniao-no-ideflor-bio-discute-fortalecimento-do-manejo-florestal-comunitario-no-para> >.

³³ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/2024/01/31/estado-avanca-na-estruturacao-do-programa-de-desenvolvimento-da-cadeia-pecuaria/> >

³⁴ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Plano-de-Atua%C3%A7%C3%A3o-Integrada-Unidade-de-Recupera%C3%A7%C3%A3o-Triunfo-do-Xingu.pdf> >.

³⁵ Para saber mais ver: < <https://www.semas.pa.gov.br/redd/wp-content/uploads/2024/11/PROCESSO-DE-CONSTRUCAO-DO-SISTEMA-JURISDICIONAL-DE-REDD-DO-PARA.pdf> >.

A participação da SEAF nessa quantidade expressiva de iniciativas tem sido determinante para contribuir para o desenvolvimento dos AFCTS, o que ocorre de diversas formas. Como é o caso, por exemplo, da implementação do PAA pela CONAB, onde a SEAF colabora articulando parcerias institucionais que possam colaborar com a elaboração e apresentação de projetos de venda a CONAB.

Em todos os casos o quantitativo de beneficiários é expressivo, mas as métricas de mensuração precisam ser desenvolvidas de forma sistemática, o que não foi possível fazer até o encerramento deste relatório. Este é um problema que se a SEAF está buscando formas de sanar para os próximos relatórios.

Diante deste contexto e em busca de quantidade de famílias beneficiadas para esta seção, optou-se por descrever um dos programas listados acima, devido a possibilidade de se encontrar um quantitativo bem realístico de beneficiários. É o caso do Programa Florestas Produtivas. A SEAF atuou diretamente na criação de um ambiente institucional necessário a execução do programa em cinco municípios (Belém, Santa Bárbara do Pará, Santarém e Rurópolis), beneficiando 200 famílias em cada município, chegando a soma de 800 famílias.



Palheta de fotos 03: (a) Comitê do Programa Pecuária Sustentável; (b) Câmara Técnica do REDD+; (c) Comitê Gestor do Plano da Bioeconomia; (d) Câmara de Política para as Mulheres; (e) Comitê Gestor do Programa ABC+; (f) Colaboração com a CONAB para qualificar propostas ao Programa PAA.

2.1.1.6 Fomento à agricultura familiar urbana e periurbana para produção de alimentos básicos.

A agricultura urbana e periurbana, seguimento valioso para enfrentar desafios contemporâneos das cidades, em particular, segurança alimentar, mudanças climáticas e desigualdades sociais. **Alimentos básicos são aqueles que compõem a base da alimentação de uma população e são consumidos com frequência**, geralmente fornecendo a maior parte das calorias e nutrientes necessários para a sobrevivência e o bem-estar. Aumentar a produção de alimentos básicos é uma das atribuições da SEAF como indicado no PEAFACT.

A SEAF beneficiou cerca de 1.000 famílias com sementes de alta qualidade e calcário para o preparo do solo a fim de viabilizar o plantio de hortaliças, verduras, tubérculos e outros vegetais para plantio solteiro ou em sistemas agroflorestais regenerativos. As sementes foram entregues às organizações sociais (cooperativas e associações) que repassaram para seus associados. O calcário, também distribuído às organizações pela SEAF, será usado no preparo do solo, e o objetivo integra a mesma proposta das sementes de qualidade: aumentar a produção de alimentos básicos, especialmente em áreas de agricultura urbana e periurbana de maior vulnerabilidade social.



Palheta de foto 04:(a) Entrega de sementes de hortaliças na comunidade Japiim - Barcarena; (b) Entrega de sementes na comunidade Santana do Capim - Aurora do Pará; (c) Entrega de calcário ao município de São João de Pirabas.

2.1.2 Capacitação de Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais e Produtores Rurais.

Nesta ação a SEAF atuou realizando eventos para o público da agricultura familiar e comunidades tradicionais em articulação com instituições públicas e organizações sociais dos agricultores. O público beneficiário capacitado já registrado no SIGPLAM foi de 836 atendimentos, no entanto, mais 1.175 AFCTs também foram beneficiados com a realização das atividades descritas abaixo.

2.1.2.1 Capacitação em temas de interesse dos AFCTS via apoio a realização de eventos.

Apoiar eventos voltados à agricultura familiar é essencial por várias razões entre as quais estão a valorização da agricultura familiar, promoção da economia local, fortalecimento da segurança alimentar, fortalecimento de redes de cooperação, capacitação e inovação, fomento ao debate público, aproximação entre produtor e consumidor e incentivo a valorização do trabalho rural.

Uma estratégia adotada pela SEAF para proporcionar a capacitação de agricultores foi realizar eventos nos quais lideranças de AFCTs e eles mesmos foram capacitados em diferentes temas de interesse. Para tanto, a SEAF realizou 13 eventos que trataram de capacitar AFCTs em parceria com 17 organizações, entre elas instituições públicas, ONGs e organizações dos AFCTs. Os eventos foram realizados em 9 cidades, especialmente na capital Belém, mas o envolvimento dos AFCTs de outras cidades ocorreu, isso porque foram eventos onde lideranças dos AFCTs foram convidados. Também houve um evento realizado com participação a distância por meio de plataformas digitais de comunicação, o que representa o envolvimento de pessoas de uma expressiva quantidade de cidades do Pará, e até mesmo de outros estados.

Esses eventos beneficiaram 1.175 AFCTs, que foram capacitados em 10 diferentes temas, a saber: 1) como acessar mercados institucionais PAA e PNAE; 2) Pagamento por serviços ambientais; 3) Desenvolvimento da pecuária familiar em bases sustentáveis; 4) Participação da sociedade civil e elaboração de projetos para acesso ao programa REDD+; 5) Produção de alimentos saudáveis e reflorestamento; 6) Acesso ao crédito rural para a bioeconomia; 7) Agenda 2030 e desenvolvimento territorial no Pará; 8) Proteção dos direitos das mulheres; 9) A importância dos AFCTs para o desenvolvimento rural sustentável e 10) Produção de mudas em terra firme.

Tabela 04: Lista de eventos de capacitação realizados pela SEAF.

Nº	Data	Município	No. Beneficiários	Nome do Evento	Parceiros na realização
1	25 e 26 de janeiro	Belém	80	Mesa Técnica Destruando o Acesso ao Financiamento para a Bioeconomia	GIZ, Conexsus, SEMAS e MDA
2	06 de fevereiro	Webnário	150	Como acessar o PAA na modalidade PAA Institucional Prefeituras	MDS
3	08 de maio	Belém	80	Seminário: As Contribuições da Agricultura Familiar à Implementação do Programa de Integridade e Desenvolvimento da Pecuária Paraense	IPAM, FETAGRI, FETRAF e iCS
4	21 de maio	Belém	15	Roda de Conserva: Agenda 2030 e Desenvolvimento Territorial no Pará	PNUD
5	25 de junho	Belém	10	30 anos da Convenção de Belém do Pará: Reflexões e Debate no Espaço Institucional	SEMU
6	27 a 28 de junho	Belém	100	Seminário "Pagamento por Serviços Ambientais no Estado do Pará e Potenciais Sinergias com a Agenda da Pecuária Sustentável"	TNC, SEMAS, FETAGRI, FETRAF
7	11 de julho	Belém	120	Seminário "Diálogo sobre a Produção de Alimentos Saudáveis e Reflorestamento Produtivo na Agricultura Familiar"	IPAM, SEBRAE
8	21 e 22 de outubro	Castanhal	120	Oficinas de Capacitação em Mudanças Climáticas e Sistema Jurisdicional de REDD+ para a Agricultura Familiar.	SEMAS, IPAM, TNC, FEPIPA, Malungu, FETAGRI e FETRAF
9	24 e 25 de outubro	Marabá	120	Oficinas de Capacitação em Mudanças Climáticas e Sistema Jurisdicional de REDD+ para a Agricultura Familiar.	SEMAS, IPAM, TNC, FEPIPA, Malungu, FETAGRI e FETRAF
10	04 e 05 de novembro	Altamira	100	Oficinas de Capacitação em Mudanças Climáticas e Sistema Jurisdicional de REDD+ para a Agricultura Familiar.	SEMAS, IPAM, TNC, FEPIPA, Malungu, FETAGRI e FETRAF
11	07 e 08 de novembro	Santarém	100	Oficinas de Capacitação em Mudanças Climáticas e Sistema Jurisdicional de REDD+ para a Agricultura Familiar.	SEMAS, IPAM, TNC, FEPIPA, Malungu, FETAGRI e FETRAF
12	15 e 16 de novembro	São Domingos do Capim	150	1º Seminário de Agricultura Familiar Quilombola de Santana do Capim	Dep. Estadual Bordado, Amazônia Viva e APQUIRC
13	29 e 30 de novembro	São Domingos do Capim	30	Curso de Produção de Mudas em Terra Firme	Dep. Estadual Bordado, Amazônia Viva e Instituto Supporthis
			1.175		



Palheta de fotos 05: (a & b) Seminário “Diálogos para produção de alimentos saudáveis e reflorestamento produtivo na agricultura familiar; **(c & d)** Seminário: As contribuições da agricultura familiar à implementação do Programa de integridade e desenvolvimento da pecuária paraense; **(e)** Mesa técnica destrabando o acesso ao financiamento para a bioeconomia no Pará; **(f)** Seminário “Pagamento por serviços ambientais no Estado do Pará e Potenciais Sinergias com a Agenda da Pecuária Sustentável; **(g)** 1º Seminário de Agricultura Familiar Quilombola de Santana do Capim.

2.1.3 Promoção da Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e da Sociobiodiversidade.

Nesta ação a SEAF proporcionou a realização de feiras da agricultura familiar e assessoramento e capacitação para integração dos AFCTs aos mercados institucionais, iniciou um levantamento das oportunidades do acesso compras públicas para os AFCTS, bem como a construção da Plataforma Estadual de Informações da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais do Pará, e por fim atuou na implantação da Guia de Trânsito Vegetal do Dendê. Com estas iniciativas, a SEAF realizou 448 atendimentos já contabilizados no SIGPLAN e outros 1.200 atendimentos foram realizados, como será descrito a seguir.

2.1.3.1 Realização de feiras da agricultura familiar e assessoramento/capacitação para integração dos AFCTs aos mercados institucionais.

O maior acesso de AFCT ao mercado potencial de compras públicas como as efetuadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são uma grande oportunidade de aumento na renda familiar dos AFCT com impacto potencial para todos os municípios do Estado do Pará. Os mercados institucionais, em particular o PAA, se destacam porque articulam ações cooperativas entre Estado, agricultores familiares e movimentos rurais na distribuição de alimentos para beneficiários consumidores em situação de vulnerabilidade social e de instituições sem fins lucrativos.

A Secretaria da Agricultura familiar repassou R\$ 998.000,00 (Novecentos e noventa e oito mil reais) por meio de 12 convênios assinados ainda no final de 2023, mas com previsão de execução em 2024. Somado a este repasse estão os recursos de contrapartida das prefeituras na ordem de R\$ 62.807,00 reais (Sessenta e dois mil, oitocentos e sete reais) chegam a um valor de R\$ 1.061.307,00 (Hum milhão, sessenta e um mil e trezentos e sete reais), a serem aportados na capacitação dos AFCTs para maior integração aos mercados institucionais do PAA e PNAE e realização de feiras da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Com esta ação pretende-se beneficiar diretamente 1.550 AFCTs.

Entretanto, as prefeituras municipais que realizaram atividades previstas nos convênios celebrados com a SEAF foram Acará, Ananindeua, Benevides e Breu Branco, o que significa que somente 1.000 famílias de AFCTs foram beneficiadas no período em análise.

Tabela 05: Lista de eventos de capacitação realizados pela SEAF.

Nº	Prefeituras municipais	Nome do Projeto	Beneficiados diretos	Repasse SEAF (R\$)	Contrapartida (R\$)	Valor total (R\$)
1	Acará	Capacitação, feira agrícola e festival da mandioca de agricultores, agricultoras familiares e comunidades tradicionais, para a promoção de desenvolvimento rural sustentável de Acará	180	R\$ 252.000,00	R\$ 13.264,00	R\$ 265.264,00
2	Altamira	Fortalecimento da implantação de SAFs - sistemas agroflorestais - a partir da capacitação e produção de mudas.	150	R\$ 45.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 51.000,00
3	Ananindeua	2º EXPO AGRO de Ananindeua e feira da agricultura familiar e povos tradicionais	120	R\$ 67.500,00	R\$ 7.500,60	R\$ 75.000,60
4	Benevides	Capacitação de agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	160	R\$ 135.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 142.500,00
5	Breu Branco	Capacitação em comercialização de produtos da agricultura familiar	540	R\$ 202.500,00	R\$ 11.250,00	R\$ 213.750,00
6	Cachoeira do Arari	Capacitação de agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	40	R\$ 33.500,00	R\$ 1.750,00	R\$ 35.250,00
7	Ipixuna	Capacitação de agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	40	R\$ 33.500,00	R\$ 1.750,00	R\$ 35.250,00
8	Maracanã	Capacitação de agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	40	R\$ 33.500,00	R\$ 1.750,00	R\$ 35.250,00
9	Mocajuba	Mercados da agricultura familiar: realização de feiras e capacitação em acesse a mercados para agricultura familiar no município de Mocajuba/PA	150	R\$ 84.000,00	R\$ 3.720,00	R\$ 87.720,00
10	Santa Bárbara	Realização do II seminário da agricultura familiar e realização de capacitações aos agricultores do município de Santa Bárbara do Pará para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	50	R\$ 45.000,00	R\$ 2.850,00	R\$ 47.850,00
11	Santarém	Capacitação de agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	40	R\$ 33.500,00	R\$ 3.723,00	R\$ 37.223,00
12	Xinguara	Capacitação de agricultores e agricultoras familiares e comunidades tradicionais para o acesso aos mercados institucionais no estado do Pará	40	R\$ 33.500,00	R\$ 1.750,00	R\$ 35.250,00
	TOTAL		1.550	R\$ 998.500,00	R\$ 62.807,60	R\$ 1.061.307,60

2.1.3.2 Levantamento das oportunidades de compras públicas para AFCT.

Ação que faz parte do esforço da SEAF aumentar a participação dos AFCT nos mercados institucionais com impacto muito significativa em termos de aumento da renda dos AFCT e progresso de seus empreendimentos, associações, cooperativas e agroindústrias, que organizam a produção e venda e/ou processamento da produção de seus produtos. **Neste sentido, a SEAF iniciou um levantamento junto aos 78 órgãos públicos da administração direta e indireta a fim de identificar oportunidades de negócios para os produtos de AFCT.**

É um levantamento que está em fase de elaboração e tem previsão de finalização para fevereiro de 2025. Após concluído, serão realizadas reuniões técnicas para internalização junto ao Governo do Estado para que possam incluir nas suas respectivas compras, os produtos dos AFCT.

2.1.3.3 Construção da Plataforma Estadual de Informações da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais do Pará.

Esta iniciativa faz parte dos esforços da SEAF em dar escala e efetividade aos bionegócio dos AFCT. A proposta é estimular e ampliar as oportunidades de negócios das famílias, promovendo incremento de renda e inclusão socioprodutiva. Para implementar a proposta a SEAF está em fase de elaboração do mapa com as iniciativas de negócios dos agricultores familiares. O levantamento parte da base de informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Organização das Cooperativas do Brasil e ONG Conexsus, bem como da rede de relacionamento institucional da SEAF. Até o momento já foram identificados 697 empreendimentos de AFCTs. **Com recursos captados pela cooperação com a TNC, serão destinados R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)** para iniciar a construção da Plataforma que terá como propósito de ampliar a visibilidade dos produtos de organizações econômicas da agricultura familiar.

2.1.3.4 Atuação na implantação da Guia de Trânsito Vegetal (GTV) do Dendê.

Ação que deve resultar na criação de um mecanismo de identificação das localidades de origem e destino da produção de dendê, ação que contribuirá para evitar perdas de arrecadação fiscal, segurança aos contratos firmados entre os envolvidos na cadeia de produção do dendê, bem como valorização da participação dos AFCT na cadeia produtiva do dendê, especialmente nas Regiões de Integração do Rio Capim e do Tocantins.

A GTV será emitida com base nas informações do cadastro e acompanhará a carga desde a origem da matéria-prima até seu destino final, disciplinando e controlando o trânsito de cachos de frutos frescos e preparando o setor produtivo para cumprir as exigências dos acordos internacionais que visam combater o desmatamento dentro das cadeias produtivas. **Essa iniciativa proporcionou benefícios a 200 AFCTs da região de integração do Tocantins.**

2.1.4 Fomento, Criação e Fortalecimento das Organizações Socioprodutivas da Agricultura Familiar e Comunidades Tradicionais.

Nesta ação a SEAF firmou cooperação técnica com instituições públicas e organizações não-governamentais, apoiou organizações de AFCTs por meio de apoio a realização de eventos estratégicos e cooperou com organizações sociais para elaborar projetos socioambientais. No SIGPLAN foram registrados 591 atendimentos, sendo que nesta ação a SEAF beneficiou outros 740 AFCTs não contabilizados.

2.1.4.2 Cooperação Técnica com instituições públicas e organizações não-governamentais.

A SEAF se empenhou-se na atuação estratégica em cooperação técnica com outras instituições de governo, universidades e organizações não governamentais e empresas com responsabilidade socioambiental a fim de fortalecer sua atuação institucional. Atuando de forma cooperada, a SEAF aproveita expertises complementares aproveitando-se da capacidade técnica e estrutura institucional de suas parceiras, amplia o alcance das políticas públicas, aumenta a captação de recursos, o que é fundamental para a realização de ações finalísticas previstas no “Programa Pará da Alimentação Saudável e da Floresta Viva”. Nesta perspectiva, a secretaria avançou nas parcerias já estabelecidas em 2023, firmou novas parcerias e iniciou tratativas para ampliar o leque de parceiros estratégicos para sua atuação.

Abaixo estão relacionadas as instituições e empresas que já tem acordo de cooperação técnica firmado com a SEAF:

01. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM);
02. Natura e Co Holding S/A³⁶;
03. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER)³⁷;
04. The Nature Conservancy Brasil (TNC);
05. Cooperação Alemã (GIZ);
06. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);

Abaixo estão listadas as instituições com as quais iniciaram-se as tratativas para celebração de cooperação em 2024 com previsão de formalização no primeiro semestre de 2025.

01. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS);
02. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP);
03. Universidade Federal do Pará (UFPA);
04. Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI);
05. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF).

³⁶ Para saber mais ver: < [Seaf e Natura firmam parceria para ampliar produção de palma sustentável | Agência > Pará](#) >.

³⁷ Para saber mais ver < [Emater encerra semestre com ações para indígenas e povos de matriz africana | Agência Pará](#) >.

2.1.4.2 Fortalecimento de organizações de AFCTs por meio de apoio a realização de eventos estratégicos.

As organizações de agricultores familiares tradicionalmente realizam eventos a fim de proporcionar maior visibilidade e reconhecimento, acesso a mercados, troca de conhecimentos, fortalecimento de redes, incentivo à diversificação de seus associados e cooperados, bem como buscar influenciar formulação de políticas públicas mais favoráveis ao setor, garantindo melhorias em áreas como crédito, assistência técnica e infraestrutura.

Por tais motivos, a SEAF em 2024 apoio a realização de 8 eventos beneficiando 740 famílias de 15 organizações de AFCTs.

Tabela 06: Eventos apoiados pela SEAF.

Nº	Data	Município	Nome do evento	Beneficiados diretos	Realizadores do evento
1	24 a 27 de julho	Santarém	1ª Feira de Economia Solidária do Baixo Amazonas	200	Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas
2	10 de outubro	Belém	Feira da Agricultura Familiar	50	FETAGRI
3	13 e 14 de novembro	Altamira	Seminário "Desafios e Oportunidades para o Fortalecimento da Agricultura Familiar"	150	FVPP, IPAM e PMA
4	05 de dezembro	São Domingos do Capim	1º seminário da Agricultura Familiar de São Domingos do Capim.	160	Instituto Supporthis
5	05 a 08 de dezembro	Belém	4ª Feira Estadual da Reforma Agrária Popular	50	MST
6	12 a 14 de dezembro	Igarapé-açu	2º Seminário Estadual e Feira da Agrobiodiversidade e Sementes Crioulas	60	MCP, Rede de Cozinhas Populares Solidárias, Cabana da Agrobiodiversidade, IFPA, Amazônia
7	13 de dezembro	Irituia	1º Encontro de Agricultores Agroflorestais do Município de Irituia	50	IVISAN, COAPEMI, REFLORAMAZ, FARFARM, STTR, IPAM, Cooperativa de D'Irituia
8	17 e 18 de dezembro	Belém	Feira da Agricultura Familiar	20	FETAGRI, FASE e IDESA
-	-	06 municípios	8 eventos	740	15 organizações

2.1.4.1 Cooperação com organizações sociais para implementação de projetos socioambientais.

Trata-se de uma ação de desenvolvimento da agricultura familiar que consiste em participar como instituição parceira em projetos socioambientais elaborados e que serão executados por organizações de AFCT e que buscam alcançar resultados alinhados aos propósitos da SEAF previstos no PEAFACT. Com o apoio institucional da SEAF são maiores as chances das organizações de base da AFCT captarem recursos financeiros e do lado da SEAF, o ganho está em impactar um número maior de AFCT com ações finalísticas voltadas à sua promoção. Nesse contexto, a SEAF é parceira em projetos elaborados pela Fundação Viver, Produzir e Preservar e Central de Cooperativas de Produtores Orgânicos do Xingu (CEPOTX), entidade que reúne centenas de agricultores orgânicos na região da Transamazônica para concorrerem a editais e chamadas públicas de apoio à projetos.

2.1.5 Promoção da Bioeconomia.

Nesta ação a SEAF deu apoio ao processamento da mandioca, um dos produtos do Plano da Bioeconomia, estabeleceu com a empresa Natura das oportunidades da sobiobioeconomia e tem atuado na implantação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar sendo realizados 700 atendimentos embora não tenha sido registrado no SIGPLAN.

2.1.5.1 Apoio ao beneficiamento da produção familiar de farinha de mandioca.

O **beneficiamento da farinha de mandioca** é fundamental para agregar valor ao produto, melhorar sua qualidade e ampliar sua comercialização, beneficiando agricultores familiares, comunidades tradicionais e o setor agroindustrial. **A SEAF beneficiou aproximadamente 500 famílias por meio da entrega de 26 equipamentos (fornos, trituradores e prensas) para estruturar agroindústrias de produção de farinha de mandioca.** O beneficiamento da farinha de mandioca é uma etapa importante para transformar um produto agrícola básico (mandioca) em um alimento de alto valor econômico e cultural. Ele conecta práticas tradicionais a tecnologias modernas, promovendo o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais, a preservação de saberes culturais e a inserção de produtos em mercados competitivos (farinha d'água, farinha de tapioca, tucupi e outros).



Figura 03: Entrega de equipamentos para beneficiamento de farinha de mandioca na comunidade quilombola São Benedito da Ponta, em Salvaterra-Marajó.

2.1.5.2 Cooperação com a empresa Natura para expansão das oportunidades da sobiobioeconomia.

Esta ação contribuirá para aumentar as vendas de produtos da sobioeconomia com grande demanda para o abastecimento da unidade fabril da empresa Natura que tem uma planta industrial de produção de sabonetes localizada no município de Benevides, Pará. Já foram realizadas reuniões técnicas para discussão sobre como a SEAF deve colaborar em prospectar comunidades e organizações dos AFCT com potencial produtivo de sementes e óleos demandados pela indústria, assim como das condições contratuais dos negócios a serem feitos com as famílias, garantindo preços juntos e condições de pagamento favoráveis aos AFCTs.

Outra iniciativa é a promoção do acesso ao crédito rural, PRONAF operado pelo Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), fomentando a implantação de projetos de Dendê em Sistemas Agroflorestais Biodiversos. Está em curso a operação inaugural de articulação da SEAF com a Natura e BANPARÁ viabilizando o acesso ao PRONAF Bioeconomia para plantio, em média de 10 hectares de SAFs biodiversos/família, com 200 famílias dos municípios da região do vale do Acará cujo valor total da operação de crédito será de aproximadamente R\$ 50.000.000,00. Todas essas 200 famílias de agricultores familiares estão em processo de regularização junto ao BANPARÁ para acessar o crédito.

2.1.5.3 Acompanhamento da implantação da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Trata-se de uma ação que tem como propósito a criação da política de manejo florestal comunitário e familiar para o Estado do Pará e terá como impacto o aumento na geração de renda de AFCT por meio do uso sustentável de produtos madeireiros e não-madeireiros, valorizando a floresta viva, que por sua vez gera benefícios à conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. É uma ação iniciada com reuniões técnicas com membros do Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar para tratar do estado da arte do debate e proposição desta importante política pública e tem potencial para beneficiar milhares de famílias de AFCTs em centenas de comunidades tradicionais no Estado do Pará.

2.1.6 Operação e Expansão do Programa Territórios Sustentáveis (PTS).

2.1.6.1 Apresentação de projeto junto ao Fundo Amazônia/BNDES para expansão do PTS.

A SEAF tem atuado em parceria e sob liderança da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) na elaboração de projeto que está em fase avançada de análise pelo Fundo Amazônia e, como é prevista a aprovação no primeiro semestre de 2025, terá o início da execução no segundo semestre de 2025.

Trata-se de um projeto expressivo, orçado em R\$ 88.000.000,00 (Oitenta e oito milhões de reais), que tem por objetivo promover o desenvolvimento social e econômico, inclusivo e de baixo carbono, como alternativa à redução do desmatamento e manutenção da floresta viva, por meio do fomento à produção sustentável e a sociobioeconomia. Abrange 28 municípios paraenses, dispostos em 6 Regiões de Integração. Os municípios abrangidos no projeto são: Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Anapu, Pacajá, Novo Repartimento, São Félix do Xingu, Marabá, Xinguara, Redenção, Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa, Porto de Moz e Aveiro

A SEMAS sendo a proponente do projeto tem a maior parcela de atribuições na execução das atividades, previstas, sobretudo desenvolvendo ações de promoção de bionegócios, Elaboração e implantação de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADA) e Regularização Ambiental de imóveis rurais. Mas há também responsabilidades no projeto atribuídas ao ITERPA, como é caso da regularização de imóveis rurais e para a EMATER, com prestação de assistência técnica e extensão rural.

Caberá à SEAF atuar a partir de um orçamento estimado em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) mobilizar parceiros institucionais de governo e da sociedade civil para estruturar uma rede de apoio aos bio-negócios dos AFCT nos municípios que já integram o PTS a fim de proporcionar ganho em escala e efetividade desses negócios por meio de assessoramento técnico nas fases de organização da produção, processamento e acesso a mercados das iniciativas coletivas implementadas por associações e cooperativas dos AFCTs.

SECRETARIA DA
AGRICULTURA FAMILIAR



GOVERNO DO
PARÁ

